

CONSTITUINTE

As profundas divergências de um debate

IA NACIONAL



NACIONAL

Na abertura do I Ciclo, a Pira da Constituinte foi acesa pelo deputado Ulysses Guimarães



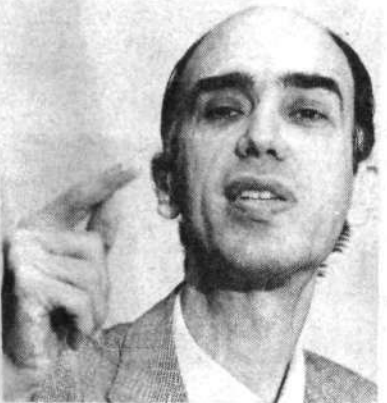
Evento dá início à vigília cívica

A grande participação da população e a presença de juristas e políticos no 1º Ciclo de Debates sobre a Assembleia Constituinte, promovido pela OAB-DF, demonstrou o quanto o povo está ansioso pela nova Constituinte. Esse é o pensamento do presidente da OAB-DF, Maurício Corrêa, quando disse que o evento foi muito importante e alcançou seus objetivos.

Para ele, o evento visava chamar a atenção dos políticos e principalmente do presidente da República para a vigília com relação ao grande desejo nacional, que é a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

A seu ver, as opiniões dos conferencistas são divergentes, mas demonstram interesse em manter a vigília cívica para que os anseios da população não sejam frustrados. Por isso, ele acha de extrema importância que a Pira da Constituinte permaneça viva até que seja autogada a nova Constituinte.

Maurício Corrêa defende, ainda, a continuação dos debates em torno da Constituinte. Para ele, a realização do II Ciclo sobre a Assembleia Nacional Constituinte e a Reforma do Poder Judiciário, que acontecerá em abril, servirá para dar continuidade às discussões sobre o tema. "É uma verdadeira campanha cívica", salientando que os objetivos dos primeiros debates foram atingidos.



Legislação deve sofrer reforma

A reforma da legislação partidária e eleitoral foi destacada, pelo senador Marco Maciel, presidente do Partido da Frente Liberal, como o primeiro pressuposto para se chegar a uma Constituinte que tenha a representatividade de todos os segmentos da comunidade brasileira. Para ele, somente com a reforma partidária, que permita aos candidatos de todas as correntes participarem do pleito para a Constituinte, dará condições de se elaborar uma Constituição verdadeiramente democrática, estável e duradoura.

Marco Maciel fez um paralelo entre a debilidade institucional que o País vive nos seus 150 anos de Independência, e o momento atual, onde há condições de se efetivar um pacto social com as aspirações do povo brasileiro.

Para Marco Maciel, a melhor forma para se convocar uma Constituinte é através de emenda constitucional, que daria aos parlamentares eleitos no próximo pleito, ano que vem, poderes constituintes, e fixaria a forma de eleição dos parlamentares que participariam da Assembleia e o modo de funcionamento da Assembleia.

Em sua opinião, a Assembleia é assunto tão importante que sua discussão não pode ficar apenas entre juristas, mas deve mobilizar todo o povo brasileiro em torno dele.



Faoro defende vontade popular

O jurista Raimundo Faoro condenou a Constituinte congressual, taxando-a de um grande sofisma. "Só uma Constituinte emanada da vontade popular, segundo ele, poderá representar as aspirações do povo". Para Faoro, o País corre o risco, neste momento histórico por que passa, de ver a Constituinte desvirtuada pelas próprias forças que ajudaram a eleger o presidente Tancredo Neves.

"O povo deve manter-se mobilizado, a exemplo do movimento pelas diretas já, a fim de que não caia no engodo de ver uma constituinte ser feita pelo (e para) o grupo que acaba de conquistar o poder", disse. Para ele, pela primeira vez na história, o Brasil tem condições de realizar uma Assembleia Nacional Constituinte com a efetiva participação popular. "A que uma Constituinte nasce de um golpe de estado, ou precede à formação do Estado, nós temos condições especiais, hoje, já que houve uma ruptura pacífica com o sistema de poder, fruto da mobilização popular.

Faoro não vê no atual Congresso, que não aprovou as diretas para a Presidência Nacional, condições de defender o povo numa Assembleia Constituinte. Para ele, uma Constituinte oligárquica só poderá fazer uma Constituição também oligárquica.



Serpa quer ver o povo mobilizado

O ex-comandante do III Exército, general Antonio Carlos de Andrada Serpa, defendeu a discussão paralela à Constituinte, do seu Projeto Nacional, onde ele levanta as principais questões sociais, políticas e econômicas do País, em particular o problema do poder das multinacionais e do capital estrangeiro no Brasil.

O problema político da dependência tecnológica, a questão da distribuição da terra, o trato com as multinacionais, as dívidas interna e externa, a importação de medicamentos, são temas que, em sua opinião, devem ser incluídos na próxima Constituição.

Ressaltando que teme ver a Constituinte se transformar em nova fonte de frustração para o povo brasileiro e ser feita à feição do regime que ocupa o poder, Andrada Serpa defendeu, por outro lado, a participação acionária dos trabalhadores nas empresas estatais.

Andrada Serpa descartou, no entanto, que apoiou Tancredo Neves para o governo de Minas Gerais e defendeu sua candidatura para a Presidência da República, junto aos militares nacionalistas. Para ele até mesmo temas como o controle da natalidade, que vem sendo praticado abertamente no País, devem ser debatidos e participar da nova Constituição.



Seabra pede toda linha ideológica

Além de representantes do Distrito Federal na Constituinte, o ex-ministro da Justiça e jurista de renome internacional, Miguel Seabra Fagundes, é favorável à reforma partidária, a fim de possibilitar a participação de todas as correntes ideológicas na elaboração da nova Carta Constitucional para o País.

Em sua opinião as eleições parlamentares do próximo ano são uma boa oportunidade para se convocar a Assembleia Nacional Constituinte. No entanto, em seu ponto de vista, esta deveria sobrepor, inicialmente ao Congresso eleito. "Só depois que a Carta política for elaborada, é que os congressistas passarão à condição de legisladores ordinários", acrescenta.

Seabra Fagundes advoga a convocação da Constituinte por meio de emenda constitucional, e vê como necessidade para sua realização, a reforma dos atuais partidos, como forma de permitir a participação dos partidos clandestinos na elaboração da Carta Magna. A exemplo do que ocorreu em 1945/46, os congressistas seriam convocados para a próxima legislatura com poderes constituintes.

Ele afirmou que nos últimos 21 anos a vida institucional brasileira foi tumultuada por uma série de emendas (24) ao texto constitucional, que desfigurou completamente a Constituição atual, fruto da Emenda nº 1.



Brizola propõe a dupla convocação

A coincidência das eleições diretas para a Presidência da República, com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, foi proposta pelo governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, durante o ciclo de debates promovido pela OAB-DF. Ele quer a imediata convocação das duas, ainda para o próximo ano.

Para ele, falta substância moral e ética para que o mandato do presidente eleito, Tancredo Neves, ultrapasse a Constituinte (que fixará o período do próximo mandato presidencial). Brizola alertou para o risco de ser feita uma Constituição à feição do poder e para o perigo de se frustrar as aspirações do povo brasileiro.

Leonel Brizola enfatizou que o povo brasileiro está vivendo, com toda força, a primavera democrática, após 21 anos de destruição de nossas instituições políticas. "Nos meus 40 anos de vida pública, nunca vivi período tão fascinante e pleno de desafios como agora", destacou Brizola.

Destacou o chefe do Executivo fluminense que o povo brasileiro corre o risco de ver frustradas suas aspirações, se não for mobilizado para participar da Constituinte. Brizola tachou de irracional o governo que quer fixar seu período de governo através da Constituinte e não realiza as diretas ao mesmo tempo.

A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte não vai ser tarefa fácil para o governo Tancredo Neves que se empossa esta semana. O I Ciclo de debates sobre o tema, realizado semana passada, na OAB-DF, deixou clara uma série de divergências que o assunto traz em seu conteúdo. Desde a forma de sua convocação até seu funcionamento foram causas de profundas divergências entre os diversos conferencistas que participaram do seminário.

Fecundo e esclarecedor, foi como o presidente da OAB-DF, Maurício Corrêa, classificou o encontro, que trouxe à cidade as maiores expressões do constitucionalismo brasileiro atual: Raimundo Faoro, Miguel Seabra Fagundes, Marco Maciel, o general reformado Antonio Carlos de Andrada Serpa e o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola.

Cada um dos participantes do encontro definiu seu ponto de vista, expondo sua concepção sobre o tema, definido pelo senador Marco Maciel como o assunto que dominará as discussões políticas do próximo ano eleitoral.

A forma e data da convocação da Assembleia Nacional Constituinte são os dois principais pontos de divergência entre as correntes que debatem o assunto. Raimundo Faoro, por exemplo, defende sua convocação para o próximo ano, a fim de que funcione paralela ao Congresso a ser eleito nas eleições gerais de 86. Leonel Brizola quer a convocação imediata da Constituinte, coincidindo com as eleições diretas para a Presidência da República.

Ao discorrer sobre o tema "Assembleia Nacional Constituinte, verdade ou sofisma", o jurista Raimundo Faoro alertou para o risco de desvirtuamento da Constituinte e condenou a transformação do atual Congresso em Constituinte. Ele, como os demais juristas que falaram durante o ciclo, defendeu a legalização dos partidos clandestinos, a tempo de participarem da Constituinte do próximo ano, sem o que, os segmentos que representam as minorias ideológicas ficariam de fora. "Todos os segmentos da nacionalidade devem participar, para que se possa elaborar uma Constituição onde todos os anseios da comunidade sejam representados", afirmou o constitucionalista.

Apesar das divergências de forma de conteúdo da Constituinte, num ponto todos foram unânimes: a necessidade de sua convocação, a fim de ordenar a vida institucional do País. Depois de 21 anos de autoritarismo, quando foram acrescentadas 24 novas emendas à Constituição de 1967, inclusive a própria Emenda Constitucional nº 1, sob a qual vive a Nação.

A necessidade de manter o povo, que foi às ruas pelas eleições diretas, mobilizado para que nenhum dos principais problemas brasileiros fique de fora da Constituição, foi pregação não só pelos políticos e juristas, como pelo ex-membro do Alto Comando do Exército, general Andrada Serpa. Ele vê neste aspecto, a única forma do povo não ficar de fora da próxima Constituição.

Andrada Serpa quer que junto com a Constituinte seja discutido o seu "Projeto Nacional", em que ele prega um programa nacionalista de governo, em defesa das riquezas e dos interesses nacionais, sem o qual, ele acredita que o Brasil jamais se libertará do jogo estrangeiro.

No dia da abertura do ciclo foi acesa a "Pira da Constituinte", na sede da OAB-DF, que simboliza a resistência do povo brasileiro contra o autoritarismo e sua esperança pela aprovação da Assembleia Nacional Constituinte, segundo o presidente da entidade, Maurício Corrêa. Ela só será apagada quando for promulgada a nova Constituição brasileira.

A Pira foi acesa pelo presidente do PMDB e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, um dos artífices da eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República, e responsável pela mobilização popular em torno das diretas já.

Em julho próximo será realizado novo ciclo de debates, para auferir subsídios para a Reforma Judiciária e, finalmente, um ciclo somente sobre a representação política para o Distrito Federal, e a participação de parlamentares da cidade na Constituinte.